



ESTADO DE GOIÁS

PODER LEGISLATIVO

CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA

PARECER N.º 017/18 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 08 DE JUNHO DE 2018.

Projeto de Lei do Executivo n.º 06/18, “que institui a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências”.

Relator: Ver. Wenner Patrick

#### I – Relatório

O Poder Executivo apresenta projeto de lei que institui a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que dispõe sobre as diretrizes gerais para a elaboração da Lei Orçamentária de 2019 e dá outras providências.

#### II – Análise

O projeto encontra amparo na Constituição Federal, art. 165, inciso II, que atribui competência ao executivo para estabelecer as diretrizes orçamentárias, vejamos:

**Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:**

*I - o plano plurianual;*

*II - as diretrizes orçamentárias;*

No tocante à iniciativa, repetindo o comando constitucional, a Lei Orgânica do Município de Formosa, em seu art. 69, inciso VIII, alínea “b”, atribui ao Prefeito Municipal a competência para estabelecer as diretrizes orçamentárias, verbis:

**Art. 69 Compete ao Prefeito:**

*VIII - enviar à Câmara Municipal, observando o disposto nas Constituição Federal e Estadual, projetos de lei dispendo sobre:*

*c) orçamento anual;*

Deve ser dito que o projeto de lei fixa as prioridades e metas para o futuro apresentam orientações para a elaboração da lei orçamentária, dispõe sobre o equilíbrio entre receitas e despesas, estabelece normas relativas ao controle de custos, transferências de recursos para entidades privadas trazem dispositivos para avaliação de passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, enfim, fixa as metas e prioridades a serem observadas no momento da lavratura do LDO, através do balanceamento das estratégias do traçado pelo executivo e as reais possibilidades que vão se apresentando ao longo de sua gestão.

Dessa forma, do ponto de vista de iniciativa e legalidade, o projeto encontra-se em sintonia com a Constituição Federal e Lei Orgânica do Município de Formosa, estando, portanto, apto a seguir para votação.



**ESTADO DE GOIÁS**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

PARECER N.º 017/18 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 08 DE JUNHO DE 2018.

**III – Técnica Legislativa**

Quanto à técnica legislativa, a matéria mostra-se correta, sem necessidade de apresentação de emenda técnica.

Logo, verifica-se que o projeto atende aos requisitos constitucionais, de modo que nada impede sua tramitação.

**IV – Voto**

Em face do exposto, o projeto reveste-se de boa forma constitucional legal, jurídico e de boa técnica legislativa e, no mérito, também pode ser submetido ao plenário.

Por isso, voto pela sua aprovação.

Câmara Municipal de Formosa, 08 de junho de 2018

Relator



**ESTADO DE GOIÁS**

**PODER LEGISLATIVO**

**CÂMARA MUNICIPAL DE FORMOSA**

---

PARECER N.º 017/18 DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO (CJR), DE 08 DE JUNHO DE 2018.

**RESULTADO DA VOTAÇÃO DO RELATÓRIO  
PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Justiça e Redação opinou pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária n.º 06/18.

Câmara Municipal de Formosa, 08 de junho de 2018

Presidente

Vice-Presidente

Relator